

Na acumulação flexível quem qualifica os trabalhadores?

Edson Francisco Stein (Doutorando)

Curso de Ciências Econômicas - UNIBRASIL

Resumo

A acumulação flexível que caracteriza a atual fase de desenvolvimento capitalista, identificada por processos de produção cambiáveis, que rapidamente são adaptados para atender demandas específicas, requerem trabalhadores polivalentes e/ou multifuncionais. O atual estágio de produção, que está substituindo o processo de produção fordista, é caracterizado por mudanças na organização do trabalho e em novas tecnologias. Para atender essa exigência os trabalhadores buscam se qualificar/requalificar e demandam dos sindicatos que assumam essa tarefa, que é do capital. Este artigo apresenta os resultados de investigação realizada em sindicatos que assumem a tarefa de qualificar/requalificar os trabalhadores.

Palavras-chave: reestruturação produtiva, acumulação flexível, sindicatos.

Abstract

The flexible accumulation current phase capitalist development, identified by production processes exchanged, that quickly they are adapted to take care of specific demands, they require multipurpose and/or multi-functional workers. The current period of training of production, that is substituting the process of fordista production, is characterized by changes in the organization of the work and new technologies. To take care of to this requirement the workers they search if to qualificar/requalificar and they demand of the unions that assume this task, that is of the capital. This article presents the results of inquiry carried through in unions that assume the task of qualificar/requalificar the workers.

Key words: productive reorganization, flexible accumulation, unions.

Introdução

As novas demandas do mundo do trabalho exigem trabalhadores com uma maior flexibilidade para execução de múltiplas tarefas; que têm como objetivo a intensificação do trabalho e o aumento da produtividade, dos que continuam empregados. Segundo Marx a taxa de lucros é determinada pela força produtiva empregada na produção de uma mercadoria qualquer. A quantidade de mercadoria produzida em determinado tempo ou mediante uma determinada quantidade de trabalho empregado, depende da força produtiva (produtividade) do trabalho empregado e não da extensão ou duração do trabalho. A taxa de lucro depende da produtividade que a força produtiva empregada é capaz de gerar. A força produtiva do trabalhador multifuncional gera uma produtividade maior, pela incorporação de novas tecnologias ao processo de produção, garantindo uma taxa de lucro igual com um número cada vez menor de trabalhadores, o que causa desemprego.

Para Marx o desemprego é inerente ao modo de produção capitalista e sob o capital não tem solução. Ao contrário, só tende a se agravar, pela incorporação crescente de tecnologia ao processo de produção. Para ele, não se trata de negar o desenvolvimento; mas denunciar o caráter excludente do processo de acumulação desse modelo de sociedade.

Então, diferente do que tem sido afirmado, não será uma maior qualificação ou um maior nível de escolaridade que darão conta de garantir o emprego a todos. Um maior e melhor nível de educação contribuirá entre outras coisas, para facilitar o entendimento dos fundamentos dessa sociedade.

Diante deste quadro, os sindicatos de trabalhadores passam a assumir posições que não estavam tradicionalmente incluídas na pauta de lutas dos trabalhadores; entre estas se destaca a questão da educação e qualificação dos trabalhadores.

Como a educação se insere no âmbito das lutas hegemônicas, a pesquisa verificou se os sindicatos, ao assumirem a tarefa de educar e qualificar os trabalhadores, organizaram seus conteúdos e métodos pedagógicos, na perspectiva de construir a hegemonia do projeto que interessa aos trabalhadores; ou se a metodologia de ensino utilizada reforça a pedagogia burguesa de dominação das elites sobre os trabalhadores.

A escola nasce para formar os dirigentes, na perspectiva das elites dirigentes. Ela é destinada às elites em detrimento e para perpetuar a exclusão dos trabalhadores da organização e controle social do Estado e dos processos de produção. A educação para o trabalho é uma educação que habitua o trabalhador, segundo Kuenzer (1984, p. 63) [...] *não se esgota no desenvolvimento de habilidades técnicas que tornem o operário capaz de desempenhar sua tarefa no trabalho dividido. Muito mais ampla, ela objetiva a constituição do trabalhador enquanto operário o que significa sua habituação ao modo capitalista de produção.* Isto interessa ao capital na medida em que trabalhadores mais qualificados têm uma produtividade maior, o que amplia a expropriação do trabalho realizado e não pago, aumentando os lucros dos capitalistas.

No processo de produção fordista/taylorista, os sindicatos tinham uma relação com a educação diferente daquela que estão adotando sob o neoliberalismo, com a finalidade de dar respostas à precarização do trabalho e ao desemprego, causados pela reestruturação produtiva. Para atender às demandas de qualificação do processo de produção fordista/taylorista, a formação dos trabalhadores era feita com o objetivo de qualificá-los para uma determinada função, no processo de divisão técnica do trabalho. Os sindicatos negociavam e incluíam, nas convenções coletivas, os parâmetros que regulavam de maneira coletiva as condições das relações de trabalho.

Sob a acumulação flexível, dos trabalhadores exige-se qualificação que lhes dê habilidades para exercer múltiplas tarefas quando são submetidos a um processo de intensificação do trabalho, tendo que estar permanentemente se reciclando como forma de permanecer empregados, já que nessa nova forma de relação de trabalho, as condições de vínculo são negociadas individualmente. Isto tem provocado uma situação de intensificação da concorrência entre os trabalhadores, levando-os a atitudes, cada vez mais, individualistas, o que enfraquece sua capacidade de negociação enquanto indivíduos e enquanto organização.

Considerando esta realidade, a pesquisa verifica se a pedagogia utilizada e no espaço de autonomia possível, a implementação das políticas de educação pelos sindicatos, educa e qualifica/requalifica os trabalhadores numa perspectiva emancipatória ou de “adestrá-los” para o capital.

Considerando que a educação se insere no âmbito da hegemonia, dos sindicatos, ao chamarem para si a tarefa de educar e qualificar/requalificar os trabalhadores, espera-se que orientem sua ação educativa na perspectiva de construir e sustentar o projeto que serve aos trabalhadores.

Quais os objetivos e a quem servem as políticas educacionais implementadas pelos sindicatos de trabalhadores?

As novas demandas da reestruturação produtiva

A atual fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista tem colocado diversos desafios aos trabalhadores e às suas representações de classe, os Sindicatos.

A “acumulação flexível”, assim denominada por Harvey (1992), identificada por processos de produção cambiáveis, que podem ser adaptados rapidamente para produzir novos tipos de produtos e atender as demandas específicas, pode ser representada por fábricas construídas em módulos, que podem ser desmontadas e remontadas em outro local e até em outro país. Requerem trabalhadores polivalentes e/ou multifuncionais, exercendo várias atividades e funções, realizando, ao mesmo tempo, tarefas que antes eram de dois ou mais trabalhadores. Essa nova forma de produção é diferente do processo de produção fordista, que tinha uma linha de produção fixa, rígida e estruturada, para um determinado produto, que não podia ser modificada. Seus trabalhadores tinham funções fixas, específicas e repetitivas. O atual estágio de produção, que está substituindo o processo de produção fordista, é caracterizado por mudanças na organização do trabalho e em novas tecnologias, que garantam a reprodução do capital, num cenário em

que se acirra a concorrência intercapitalista, onde a busca por taxa de lucros suficiente para remunerar o capital investido se intensifica.

O desemprego crescente, que intensifica cada vez mais a disputa por postos de trabalho, exigindo maiores e novas habilidades dos trabalhadores, para que possam se inserir num processo de trabalho que a cada dia exige deste trabalhador maior flexibilidade na execução de múltiplas tarefas, coloca em xeque a capacidade dos Sindicatos apresentarem alternativas factíveis de enfrentamento e solução dos problemas que se apresentam.

O estágio atual do modo de produção capitalista, denominado acumulação flexível, ou reestruturação produtiva, e que seria mais corretamente chamado de desestruturação social, tem aprofundado o processo de exclusão a que estão condenados os trabalhadores sob o capital.

O processo de reestruturação tem aprofundado a segmentação do mercado de trabalho e a precarização das condições de trabalho, para os trabalhadores do chamado núcleo duro das empresas, que são aqueles com maior tempo de serviço, que passaram dos quarenta anos de idade e com maior escolaridade; isto ocorre também para os trabalhadores que têm seus contratos de trabalho terceirizados e para os desempregados (Pochmann, 1998).

No Brasil, os novos processos de gestão e organização do trabalho, pela incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo, têm possibilitado um grande aumento no índice de produtividade e a redução de custos, em detrimento do nível de emprego.

O processo de globalização da economia, aliado ao processo de reestruturação produtiva, provocou o fechamento de um grande número de empresas, consequência da concentração de capitais, uma consequência do capitalismo.

Com a queda da taxa de lucro, cresce o mínimo de capital que o capitalista precisa ter em mãos para o emprego produtivo do trabalho; mínimo necessário tanto para sua exploração em geral, quanto para que o tempo de trabalho empregado seja o tempo de trabalho necessário à produção das mercadorias, para que não ultrapasse a média do tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias. E, simultaneamente cresce a concentração, pois, além de certos limites, um capital grande com pequena taxa de lucro acumula mais rapidamente do que um capital pequeno com taxa grande. Essa concentração crescente provoca, por sua vez, em certo nível, nova queda da taxa de lucros. (Marx, 1984, p. 189).

Muitas empresas brasileiras, como é o caso da Metal Leve, um dos símbolos e marco do processo de industrialização no Brasil, ao verem suas taxas de lucros diminuírem, foram vendidas a grandes grupos multinacionais, por não conseguirem suportar

a concorrência de grandes empresas, cujo volume de capitais investidos permite uma acumulação mais rápida, do que as empresas com pequenos capitais.

Esse processo de fechamento de empresas, ou a sua incorporação por grandes grupos multinacionais, provoca uma acentuada desestruturação no mercado de trabalho no país, causando o desassalariamento da mão-de-obra, altas taxas de desemprego e a precarização das relações de trabalho. Os trabalhadores não organizados, que prestam serviços a pequenas empresas, sem registro, em ocupações por conta própria (camelôs, biscateiros etc.), vêm aumentando sua participação no universo de trabalhadores ocupados, mas sem a condição de assalariados, sem vínculo formal de emprego, elevando a taxa de trabalhadores desassalariados, ou seja, com relações de trabalho precarizadas. Já os trabalhadores organizados, que trabalham em grandes empresas, são registrados e têm um leque de proteções incluídas no contrato de trabalho, vêm continuamente reduzida a sua participação no número dos trabalhadores ocupados (Pochmann, 1998).

Esse processo de precarização dos empregos mostra a heterogeneidade das relações entre capital e trabalho, e a convivência entre as formas mais modernas de relações de trabalho, representadas por empresas que informatizam os processos de trabalho

e implantam processos de gestão que têm por base a necessidade de trabalhadores cada vez mais qualificados, onde as tarefas são organizadas para serem executadas por grupos de trabalhadores semi-autônomos, as chamadas células de produção; na outra extremidade estão as formas tradicionais de trabalho, com relações de trabalho sem proteção, representadas por trabalho escravo, trabalho infantil e ocupações sem rendimento.

Essas contradições, que permeiam a forma de organização da produção e as relações de trabalho, também ocorrem com grande impacto nas entidades sindicais que representam os trabalhadores.

Segundo Antunes (1995), sem entender e apreender a dimensão das transformações que estão ocorrendo no processo de trabalho e suas conseqüências, os dirigentes e, por conseqüência, os sindicatos, ficam na defensiva. O impacto dessa nova forma de organizar a produção, sobre o nível de emprego, põem em desespero os trabalhadores diante da perspectiva do desemprego. A pressão do capital dificulta uma reação. Como não perceberam a dimensão e o alcance desse processo, os sindicatos prendem-se a questões de sobrevivência do dia a dia, perdem a dimensão da luta de classes, restringindo as negociações à manutenção dos empregos, e na maioria das vezes, abrindo mão de várias conquistas alcançadas anteriormente,

com a ilusão de que, com isto, conseguiram garantir os empregos dos seus representados. Abandonam seus projetos anticapitalistas e de transformação social, inserindo-se cada vez mais na lógica do capital, aceitando os limites da acomodação nos marcos da social democracia. A agenda passa a ser a defesa dos incluídos, ou seja, dos ainda empregados. Os patrões cada vez mais restringem as negociações ao âmbito da empresa, quando muito a segmentos restritos, dentro dos ramos de produção, como é o caso do setor metalúrgico, onde anteriormente as negociações e acordos abrangiam todos os trabalhadores do ramo, depois passam a ser por setor (ex. auto peças). Esse processo coloca os sindicatos contra a parede, numa situação que cada vez mais limita as possibilidades de reação dos trabalhadores (Antunes, 1995).

O abandono das lutas pela transformação social, e a aceitação das condições impostas dentro dos limites do capital, passam a ser o marco dentro do qual o movimento sindical passa a atuar. O corporativismo passa a ditar os limites em que a maioria das ações sindicais passam a ser desenvolvidas. A falta de perspectivas e a não busca de alternativas dentro do marco da transformação social, levam os sindicatos a agirem dentro da institucionalidade, a participarem de fóruns tripartites, onde, na maioria das vezes, são meros legitimadores da implementação de políticas, que

substituem a igualdade pela equidade, facilitando a exclusão de uma parcela cada vez maior da população.

Ao adotar esse tipo de postura os sindicatos e por consequência os trabalhadores, ficam em uma posição defensiva, o que os impede de antever as conseqüências desse processo. Nesse quadro se consolida o objetivo neoliberal de tornar os sindicatos parceiros e atores funcionais da ordem capitalista. [...] Acuadas pelo impacto desmobilizador da crise, pelo acirramento do caráter seletivo e discriminatório das políticas de contratação e pelo avanço do discurso integrador do novo modelo da gestão empresarial, as organizações sindicais vêm redefinindo suas estratégias políticas e aceitando a participar de processos e fóruns colegiados de administração. [...] O campo da negociação aparece, nesse contexto, como o recurso a ser privilegiado, aceitando-se compartilhar compromissos e deixando à margem, com isto, a busca do incentivo da mobilização social. [...] as dificuldades na promoção do embate conduzem o sindicalismo ao paritarismo, como forma de manter-se na cena política e de intervir, mesmo que de maneira periférica, no debate a respeito dos rumos da regulação do trabalho e da formação profissional (Fidalgo, 1999a, p. 3).

O exemplo das câmaras setoriais reforça o abandono da concepção da luta de classes, do projeto socialista e anticapitalista, e a aceitação dos marcos da nova ordem econômica mundial, onde moderno é aceitar o acordo e a conciliação, concepções que estão dentro de um projeto maior de *ideário e prática social democrata* (Antunes, 1995, p. 152) mesmo que

isto signifique a exclusão de muitos, prática que abandona os trabalhadores à própria sorte.

Nesse cenário de economia globalizada, produção flexível, descrito no início do trabalho, os sindicatos não conseguiram reagir, pelo contrário, se inseriram e se adequaram à nova ordem do capital. Além de não terem conseguido organizar alternativas de enfrentamento, dentro de uma concepção de classe, os sindicatos sofreram os reflexos desse novo paradigma de produção.

As novas formas de organização da produção provocam a redução e/ou extinção de muitos postos de trabalho e a precarização das relações de trabalho, pela terceirização e a contratação por tempo limitado. A diminuição do número de sindicalizados é consequência direta dessa nova situação. Isto provoca um enfraquecimento ainda maior dos sindicatos, diminuindo a sua representatividade e seu poder de mobilização, afetando fortemente também, o volume de arrecadação, via contribuição financeira de associados, o ponto mais sensível dos sindicatos. Ao optar pela via institucional e pela representação dos com carteira assinada, os sindicatos deixam sem representação um enorme contingente de desempregados e excluídos.

As políticas de qualificação e/ou requalificação de trabalhadores implementadas pelos sindicatos de trabalhadores, de alguma maneira, estão minimizando o

abandono a que foram condenados os desempregados. Minimizam no sentido de representá-los, e ilusoriamente incluí-los, na medida em que viabilizam o acesso desses trabalhadores a cursos de qualificação/requalificação. Mas isto ocorre de forma subordinada aos interesses do capital, reforçando a constatação feita por Antunes, de que os sindicatos abandonaram as lutas anticapitalistas e de transformação social (Antunes, 1995).

Para facilitar a compreensão do porquê dessas políticas de qualificação e requalificação e de como estão subordinadas ao projeto capitalista, é preciso compreender também, as reformas educacionais que estão sendo implementadas no Brasil.

Os ajustes neoliberais na educação no Brasil

No atual estágio de desenvolvimento capitalista, os organismos multilaterais têm seus papéis redefinidos, entre estes o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) etc. Com suas prerrogativas de agentes de intermediação de empréstimos, passam a impor como contrapartida à liberação dos recursos, a implementação e adoção de reformas que atendam e facilitem a nova fase de acumulação

capitalista. Em outras palavras, são agentes de consolidação em nível global do processo de acumulação flexível.

Numa economia globalizada, com mudanças rápidas e contínuas em termos econômicos e tecnológicos, os países em desenvolvimento, não tendo poupança interna suficiente, se vêem obrigados a captar recursos externos para financiar o seu desenvolvimento. Essa dependência os submete aos ditames dos países ricos, que detêm os recursos de que necessitam.

Dentre as mudanças impostas pela atual fase de acumulação capitalista, uma das que mais tem trazido reflexos para os trabalhadores é a necessidade dos mesmos realizarem múltiplas funções, uma imposição do aumento da concorrência, que exige uma jornada de trabalho sem os chamados “poros”, como forma de ocupar integralmente o tempo em que o trabalhador fica à disposição da empresa, com o objetivo de aumentar a produtividade e o lucro e, por conseqüência o número de trabalhadores empregados diminui.

As reformas educacionais foram implementadas no sentido de reestruturar o sistema de ensino, com o objetivo de preparar trabalhadores com o perfil que atenda às necessidades impostas pelo sistema produtivo.

No Brasil, as políticas educacionais e de qualificação profissional sofreram modificações importantes

a partir dos anos 80. Nessas mudanças é possível notar uma grande semelhança entre o que se está adotando no Brasil e o que é sugerido pelos organismos multilaterais, que defendem uma educação diferenciada para os trabalhadores com níveis de atendimento bem definidos.

Não é por acaso que as pesquisas realizadas no Brasil apontam para a tendência à polarização das competências, através de um sistema educacional que articule formação e demanda, de tal modo que a grande maioria da população assegure-se no máximo acesso à educação básica, fundamental e média, e mesmo assim a longo prazo, para que possa exercer alguma tarefa produtiva na informalidade ou tarefas precarizadas no mercado formal (Kuenzer, 1999, p. 21).

Passou-se a priorizar os investimentos na educação geral (básica fundamental e média), sendo este o limite da prioridade do governo, e o único compromisso. Dar educação geral até a 8ª série para a massa de trabalhadores, acoplada à educação profissional de uma maneira aligeirada, para que estes, a grande maioria da população, consiga pelo menos uma ocupação informal, já que com essa formação não terão competência para conseguir um emprego formal. Isto é implementado num processo de repartição de responsabilidade entre União, Estados e Municípios, mas continuando sobre o controle do governo federal a

definição das políticas de educação para o ensino fundamental.

A oferta de educação científico-tecnológica mais avançada fica restrita a um pequeno número de trabalhadores, e assim mesmo, de forma hierarquizada através de níveis crescentes de complexidade que vão do pós-médio à pós-graduação. (Kuenzer, 1999, p. 21).

Para este grupo de trabalhadores, são destinados os poucos e bons empregos, em detrimento da grande massa de excluídos que no limite quando encontram ocupação, são em empregos precarizados.

O Banco Mundial defende que os governos se ocupem da educação fundamental e, nos outros níveis afunilem cada vez mais o acesso, deixando o atendimento para o ensino privado.

Essa orientação do Banco Mundial está em consonância com a globalização econômica, que prega uma racionalização no uso de recursos, redução do financiamento pelo Estado das políticas sociais e concentração de esforços no sentido de organizar a educação de forma flexível, para atender, a cada momento e, de acordo com suas necessidades, ao sistema produtivo. Coincidência ou não, o processo de privatização, imposição também do Banco Mundial e do FMI, tem provocado um acelerado processo de desnacionalização das economias, não fugindo a regra o Brasil.

Essa nova fase da economia capitalista necessita do que passou a ser chamado de desenvolvimento sustentado, ou seja, garantias de lucratividade para os capitais multinacionais que são aplicados nos países em desenvolvimento, através de investimentos diretos, comprando empresas privadas e estatais, via processo de privatização, ou através de investimentos indiretos, na forma de empréstimos através do Banco Mundial e do FMI. Para se obter essa lucratividade são necessárias algumas condições, entre elas uma mão de obra qualificada, preferencialmente dentro do perfil e com a flexibilidade e multifuncionalidade que o mercado requer em tempos de acumulação flexível.

A educação passa a ser analisada pela lógica do custo/benefício, como querem os organismos multilaterais. Os governos são orientados a reduzir seus gastos com as escolas técnicas e com o ensino superior, porque esses investimentos dariam pouco retorno, na medida em que o crescimento econômico desses países não consegue garantir emprego para tantos trabalhadores qualificados. Sobre as Escolas Técnicas, manifesta-se Cláudio de Moura Castro, Consultor do Banco Mundial:

Em alguns estados menos industrializados, passaram mesmo a serem escolas cooptadas pelas elites locais... passaram a ser caminhos privilegiados para o vestibular... Ora, faz pouco sentido ensinar Máquinas e Motores a custos elevadíssimos

a quem nada mais quer do que passar no vestibular de Direito” [...] O Banco Mundial formula suas orientações para a educação no Brasil, a partir de um raciocínio, discriminatório, porém simples para o Banco, “ensino superior não é para todos, mas sim para dirigentes e técnicos de alto nível, para o que, se exige estudantes bem preparados pela educação primária e secundária, cujos egressos devem se rigorosamente selecionados, premiando os que sejam realmente competentes (Kuenzer, 1997a, p. 56 e 68).

Para o Banco, “e para boa parte de políticos, dirigentes e mesmo muitos intelectuais brasileiros, a “competência” é um atributo biológico ou até mesmo divino, que não tem nada a ver com as condições econômicas, sociais, culturais na determinação das formas de produção, sistematização e divulgação do conhecimento”. Para o Banco Mundial “competência para o ensino superior não é um atributo universal”, e no seu entendimento o governo deve redefinir seu papel de financiador da educação pública. Melhor seria que esses recursos fossem utilizados para subsidiar escolas técnicas privadas, que qualificariam trabalhadores com o perfil definido pelos empregadores e dentro da demanda por eles definida (Kuenzer, 1997a, p. 68 e 69).

Os governos devem, segundo o Banco Mundial, subsidiar os empregadores que oferecem cursos de qualificação a seus trabalhadores, mesmo que a

educação oferecida seja com o objetivo específico de treinar esses trabalhadores para exercer tarefas específicas para esse empregador. O subsídio viria através de bolsas de estudo, descontos nos impostos a pagar.

O novo papel do governo em relação à educação deve ser no sentido de investir prioritariamente no ensino fundamental cuja taxa de rentabilidade dos investimentos com relação à redução da pobreza é mais alta; em seguida investir no ensino médio e continuar investindo apenas o necessário no ensino superior, orientando-se para que o financiamento seja mais equitativo e eficaz em função dos custos, de modo que os níveis primário e secundário possam merecer mais atenção, como resultado da progressiva privatização do 3º grau (Kuenzer, 1997a).

As Escolas Técnicas como hoje são constituídas, segundo o Banco Mundial, não cumprem seu papel. Têm objetivos distintos daquele de formar mão de obra para a produção, portanto devem mudar, para um modelo parecido com o modelo adotado na Inglaterra, de escola técnica que oferece a qualificação por módulos. O trabalhador não faz um curso regular, escolhe algumas qualificações que deseja receber e frequenta as aulas. Cumprida a carga horária, recebe certificação da qualificação, que pode ser composta por um módulo de carpinteiro, outro de mecânico de automóvel.

Neste mesmo sentido, seguindo orientações do Banco Mundial (1992), em alguns países, como o Egito, os governos adotam políticas contencionistas “forçando” os jovens a matricularem-se em escolas técnicas, como forma de desviar suas aspirações de cursar uma faculdade, desobrigando assim o governo, de oferecer vagas em maior quantidade no ensino superior.

Para o Banco Mundial, a desregulamentação das condições necessárias para a constituição de escolas privadas de qualificação deve ser prioridade do governo, facilitando a constituição do maior número possível dessas escolas, que diferente do governo, funcionarão dentro de critérios que levem em consideração o custo/benefício, bastando para isto que tenham a “liberdade” de fixar livremente suas taxas de matrícula e mensalidades. O governo teria a singela tarefa de evitar práticas abusivas por parte dessas escolas. *Ao ter seu foco na lógica do mercado, a educação profissionalizante não conseguirá conter a pressão para acesso ao 3º grau* (Kuenzer, 1997a, p. 23).

Considerando que a inserção dos países em desenvolvimento, no processo de globalização, se dá de uma forma subordinada, temos que considerar que algumas das pré-condições que são impostas a esses países, pelos organismos multilaterais, têm por objetivo facilitar a acumulação capitalista, e por consequência impor condições de comércio bilateral, que

facilitem a realização de margens de lucros, que já não são possíveis nos países de origem desses capitais.

A realização dos lucros necessita de condições mais favoráveis e vantajosas, em relação as existentes nos chamados países centrais, que expatriam seu capital para locais em que essas condições lhes sejam mais propícias.

As taxas de desemprego crescentes, mesmo que setoriais, em todos os países são a demonstração, de que o desemprego e a exclusão, são condições inerentes ao modo de produção capitalista. Mostram que estar ou não empregado, na sociedade capitalista, não depende do grau de escolarização e qualificação dos trabalhadores, como quer nos fazer acreditar o governo brasileiro. Não fosse isso verdadeiro, como se explicam as altas taxas de desemprego entre os jovens e a população de meia-idade na grande maioria dos países desenvolvidos, que já universalizaram a educação até o equivalente ao segundo grau, e em muitos casos mais de 60% já têm acesso ao ensino superior. Mesmo com esse nível de acesso a educação e a qualificação profissional, os trabalhadores dos países desenvolvidos enfrentam taxas de desemprego maiores do que aquelas encontradas em muitos países em desenvolvimento.

Na sociedade capitalista, a diminuição dos postos de trabalho é uma consequência do modo de produção, porque os avanços tecnológicos e os ganhos de

produtividade diminuem a quantidade de trabalhadores necessários para produzir o mesmo volume de bens e serviços. Esse ganho de produtividade que aumenta o tempo livre dos trabalhadores é apropriado privadamente em detrimento do coletivo e, ao contrário de libertar, condena os trabalhadores a miséria e acentuam a exploração e a exclusão. Os defensores da doutrina liberal dizem que é o mercado que regula tudo, no que revelam uma grande contradição, porque se houvesse emprego para todos, não seria o nível de qualificação ou de educação que determinaria, quem tem ou não emprego.

O modo capitalista de produção justifica a sua impossibilidade de garantir emprego a todos, transferindo para o indivíduo a falsa expectativa de que qualificar-se dará conta de incluí-lo novamente no mercado de trabalho. Isto induz o trabalhador a atitudes individualistas e egoístas, inviabilizando sobremaneira a possibilidade dos trabalhadores reagirem coletivamente a essa situação.

Com o falso discurso da empregabilidade, que passou a ser a palavra de ordem, definida como a capacidade de se obter um emprego e manter-se nele, atualizando-se e qualificando-se permanentemente como forma de acompanhar e adaptar-se às constantes mudanças no mundo do trabalho, os neoliberais iludem os trabalhadores e suas representações de classe.

O trabalhador multifuncional é uma imposição do modo capitalista de produção, que precisa cada vez mais aumentar a produtividade dos que ainda estão empregados, para poder manter a apropriação da mais valia relativa e absoluta em taxas suficientes para remunerar o capital.

Como o emprego é a sua única forma de vida sob o capital, o trabalhador vai lutar desesperadamente por uma colocação, e para ele não importa que o vizinho morra, é o seu limite de sobrevivência que vai determinar sua conduta em detrimento da solidariedade. Como estão iludidos pelo discurso da qualificação e da empregabilidade, os trabalhadores cobram dos seus Sindicatos a implementação de cursos de qualificação e requalificação.

Os dirigentes sindicais, ao não perceberem o engodo contido no discurso da burguesia, assimilam as cobranças dos trabalhadores oferecendo cursos de qualificação e requalificação profissional. Perdem assim dirigentes e trabalhadores a perspectiva da luta de classes, favorecendo e potencializando a luta intraclasses. É isso que está ocorrendo, ou não?

Considerando este cenário, apresenta-se a seguir análise das políticas educacionais implementadas pelos sindicatos de trabalhadores em períodos anteriores e os paradigmas que orientam suas decisões.

Os sindicatos de trabalhadores e suas políticas de formação no Brasil¹

Na história do movimento sindical brasileiro, as políticas educacionais foram implementadas na busca do melhor modo de organizar os trabalhadores, a partir do que os dirigentes sindicais entendiam por formação. Com a dinâmica e características peculiares do movimento de trabalhadores, essas políticas, a cada período, foram sendo modificadas e alteradas, já que eram influenciadas pelas tendências e grupos políticos que estavam na direção do movimento sindical.

Essa formação e militância inicial tiveram as mais diversas orientações políticas, sendo mais atuantes os conservadores, os revolucionários, os religiosos e os reformistas. Os revolucionários eram influenciados por partidos políticos como o Partido Comunista (PC) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), os conservadores por uma ala da Igreja Católica, os religiosos pelo clero progressista da Igreja, que se organizavam sob siglas como Juventude Católica (JUC) e Juventude Operária Católica (JOC). Os reformistas organizados e influenciados por entidades financiadas pelos patrões e por organismos internacionais como o Instituto Americano para o Desenvolvimento de um

Sindicato Livre (IADESIL), financiado pelo governo americano.

Com o golpe militar de 1964 a maioria dos Sindicatos que oferecia cursos de formação política foi reprimida pelos militares, sofreram intervenção e seus dirigentes sofreram perseguição política, à exceção daqueles que estavam comprometidos ou se comprometeram em defender as políticas de interesse dos patrões e dos militares. A repressão ao movimento sindical de trabalhadores foi muito forte em todo o país, e as atividades de formação política, eram e são, consideradas pelos militares atos subversivos. Mesmo sob a ameaça de serem presos, muitos continuaram seus cursos de formação política, como foi caso do grupo de oposição sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que, com uma proposta política revolucionária, passa a fazer cursos de formação na clandestinidade, normalmente em igrejas, sob a proteção de padres progressistas. Enquanto isso, outros Sindicatos se submeteram e/ou foram submetidos pelos militares e passaram a oferecer cursos supletivos de 1º e 2º graus, cursos regulares de 1º e 2º graus e cursos vocacionais pré – profissionalizantes, o que se intensifica no período do chamado “milagre brasileiro” dos anos 70, quando os Sindicatos de

¹ Elaborado com base no documento - *Curso de Formação de Dirigentes de Base* - Projeto Alicerce - da Central Única dos Trabalhadores - CUT. Florianópolis, SC: Escola Sul, 1999 além de outras fontes conforme citações.

trabalhadores e patronais, na sua grande maioria, tornam-se apêndices do Estado, colocando-se no papel deste e oferecendo educação regular para seus associados e dependentes.

Com o crescimento do movimento de trabalhadores do ABC paulista, no final dos anos 70, fica latente a necessidade de retomar os cursos de formação, para formar politicamente militantes de base e também para formar e qualificar os novos dirigentes que surgem por conta do movimento operário no ABC. Era necessário, então, que os Sindicatos desenvolvessem atividades de formação voltadas para os seus militantes, como forma de organizar a luta dos trabalhadores. Mas a substituição do ensino supletivo e regular, pelo ensino de formação política, não acontecem de uma forma tranqüila; a grande maioria dos Sindicatos de trabalhadores, em todo o país, está preso a práticas assistencialistas, como oferecer serviços de educação regular e supletiva, de médicos, de ambulatório e em alguns casos hospitalar, de barbeiro, de cabeleireiro etc. Mudar esse perfil, para muitos Sindicatos, significaria abrir mão de gordos subsídios que recebiam do governo via convênios para financiar seus cursos de educação regular e em alguns casos de cursos profissionalizantes, (ex.: curso de torneiro mecânico, oferecido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo) e custeio de serviços de assistência médico –

hospitalar. Essa situação era agravada pelo fato de muitos Sindicatos, em alguns casos, devido à repressão e, em outros, por opção, terem abandonado a política de filiação de novos sócios, o que diminuiu o volume de arrecadação. A sustentação financeira destes Sindicatos estava sendo viabilizada via subsídios repassados por convênios com o governo.

Nas assembleias, grupos de oposição e militantes de base, pressionam a direções para que mudem suas ações e o perfil de atuação dos sindicatos, apresentam como proposta a intensificação das políticas de formação e o fim das práticas assistencialistas. A pressão surte efeito em alguns sindicatos e isto, de fato, aconteceu. Ao mesmo tempo em que acontecem esses cursos de formação via congressos, seminários, debates, palestras etc., com o objetivo claro de organizar os operários e desatrelar os Sindicatos da influência do Estado e dos patrões, dando-lhes autonomia política e ideológica, os reformistas se organizam para fazer o contraponto a essa nova proposta político formativa, e oferecem cursos também de formação, inclusive com intercâmbio com outros países, como Estados Unidos, através da IADESIL, com o objetivo claro de cooptação na defesa da sociedade capitalista, enquanto os sindicatos progressistas, em seus cursos defendiam concepções anticapitalistas e formavam seus militantes na defesa de uma sociedade socialista.

Diferente do que acontecia com os processos de formação antes de 64, que eram destinados quase que exclusivamente aos dirigentes sindicais, nessa nova fase, principalmente no final dos anos 70, e inicialmente no ABC paulista, os cursos de formação são organizados com o objetivo de formar também os trabalhadores da base, ou seja, aqueles que não estão na direção dos Sindicatos.

Essa nova proposta de formação política é também uma reação a situação política existente no país, causada pelo golpe militar de 64. O modelo de desenvolvimento, continuado pelos militares, reforça o modelo de sociedade de classes, o que facilita o debate político e fortalece o discurso da classe operária denunciando a exclusão e a concentração de renda.

O processo de repressão, perseguição e prisão de militantes e líderes sindicais, deixou clara a necessidade destes se organizarem, como forma de se defenderem do arbítrio e também para que consigam ver atendidas suas reivindicações.

Os programas de formação, autônomos em relação ao Estado e aos patrões, mas atrelados e subordinados aos projetos políticos ideológicos das facções e/ou grupos que estavam na direção dos sindicatos, buscam explicar para os trabalhadores quais são os seus direitos e de que forma podem alcançá-los.

A chamada “abertura política” adotada pelos militares a partir de 1978, na direção do que se chamou

de processo lento e gradual de “abertura democrática”, fez com que os grupos políticos, tornassem mais explícitas suas posições e propostas político-ideológicas, provocando, com isso, disputas internas em vários Sindicatos e o rompimento entre os chamados velhos e novos dirigentes, estes com propostas de rompimento com o modelo de sindicato tutelado pelo governo. Os novos dirigentes, considerados radicais, passam a influenciar de maneira decisiva o conteúdo dos cursos de formação política, dando-lhes um caráter ideológico e classista.

As novas políticas e projetos de formação dos sindicatos obreiros privilegiam a formação político-ideológica de dirigentes e militantes como forma de ampliar a capacidade de organização política, dos sindicatos. Esses projetos de formação, idealizados pelos sindicatos, num primeiro momento, raras vezes conseguiam transpor o âmbito da área de influência do próprio sindicato, devido a aspectos corporativos e a fragmentação em categorias diferenciadas, resultado do modelo de organização sindical imposto por Getúlio Vargas, com o claro objetivo de fragilizar a luta destes.

As práticas educativas possibilitaram aos sindicatos, mesmo que de forma fragmentada, converterem-se em importantes sujeitos de organização coletiva, para a defesa de direitos individuais, e por conseqüência, da coletividade.

A organização de movimentos reivindicatórios, por categorias e/ou locais de trabalho, constituíram-se em importantes ações para a construção da identidade coletiva. Quanto mais ampliada fosse a ação formativa dos sindicatos, tanto maior era a participação dos que compunham sua base representativa.

Denominadas de formação política, educação sindical, ou simplesmente de formação, essas práticas educativas programadas, na forma de seminários, cursos, plenárias de formação, tinham o objetivo de construir e alavancar projetos políticos e de organização dos trabalhadores. O desenvolvimento dessas práticas estava obrigatoriamente atrelado a enfoques subordinados a esses projetos políticos.

O movimento operário brasileiro, em sua história mais recente, a partir do processo de renovação, iniciado em 78/79, no ABC paulista, com as greves de metalúrgicos, adota uma postura de chamar para os sindicatos os processos de formação política. Esses projetos de formação foram organizados para atender às demandas organizacionais de diferentes categorias profissionais e às diferentes concepções e/ou correntes político ideológicas, existentes dentro do movimento sindical.

As divergências entre as novas lideranças surgidas no ABC paulista e os antigos dirigentes se acentuam. Isso intensifica a implementação dos projetos de políticas de

formação, com o objetivo de divulgação e viabilização das propostas políticas defendidas em cada um desses segmentos. Os novos dirigentes propõem uma política de enfrentamento aos patrões, como forma de melhorar e garantir os direitos e conquistas, enquanto os antigos dirigentes defendem a solução pela via da negociação e conciliação de interesses. As divergências se aprofundam, e, como consequência, há o rompimento entre os dois grupos. Na divisão, os chamados novos dirigentes, se organizam e criam a CUT (Central Única dos Trabalhadores), em 1983, enquanto os antigos se organizam na Conclat (Congresso das Classes Trabalhadoras). As Centrais Sindicais são fatos novos no movimento sindical brasileiro, por se tratarem de Centrais, com representação em todo o Brasil.

A CUT surge com uma proposta ideologicamente mais definida, no que se refere à organização operária. Adota posições de enfrentamento aos patrões, organizando os trabalhadores em seus locais de trabalho, e coordenando grandes greves. Defendia a autonomia dos sindicatos em relação ao Estado.

A partir de 1985, inicialmente na CUT, passam a fazer parte da estrutura organizativa das Centrais Sindicais, as Diretorias de Formação, que organizam e implementam projetos de formação; na CGT (ex Conclat) o mesmo ocorre a partir de 1986. A CGT se divide em 1989, dando origem à CGT e à Força

Sindical que também adotam políticas de formação que atenda aos seus projetos políticos. Segundo Antunes, a Força Sindical vem para ocupar o campo sindical de direita, que defende a preservação da ordem, a conformação com o modelo de sociedade sob o capital e a inserção subordinada do Brasil na economia globalizada, e dependente tecnologicamente. Tem como palavra de ordem um “sindicalismo de resultado”. Defende a conciliação de classes, fazendo acordos e alianças com os patrões, independentemente de que estes acordos e seus resultados signifiquem a fragilização dos seus representados. Critica o atrelamento ideológico de esquerda, do movimento sindical brasileiro, ao mesmo tempo em que se alia com a direita (Antunes, 1995).

As diferentes concepções ideológicas influenciam as políticas de formação das Centrais Sindicais. Essas políticas de formação passam a dividir com a qualificação profissional, as preocupações dos dirigentes sindicais, no âmbito do que pode ser chamado de ação educativa dos sindicatos.

A partir de meados da década de 90, as Centrais Sindicais e os sindicatos filiados incorporam às suas políticas de formação, também políticas de qualificação e/ou requalificação de mão de obra, uns mais outros menos, influenciados, pelo chamado processo de globalização da economia, e pela

implementação das políticas neoliberais no Brasil, a partir do governo Collor. A influência toma corpo a partir do discurso da necessidade de qualificação profissional, como forma dos produtos fabricados no Brasil, ganharem competitividade no mercado externo. Para o país ganhar competitividade, segundo a política econômica adotada, seria necessário produzir com melhor qualidade e maior produtividade e, para que isto seriam necessários trabalhadores mais qualificados e mais produtivos (DIEESE, 1999).

Com a abertura econômica, os produtos estrangeiros, mais baratos, invadiram o mercado brasileiro, o que provocou o fechamento de muitas empresas brasileiras, e, por consequência, desemprego.

Os sindicatos pressionaram o governo para adotar políticas de proteção ao emprego. O governo responde que não pode fazer isso, porque o Brasil precisa se inserir no mercado globalizado e, que a forma de manter os empregos é termos operários mais qualificados e mais produtivos. Para alcançar esse grau de qualificação, o governo propõe através do

Ministério do Trabalho e coordenado pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional – SEFOR, o Programa Nacional de Qualificação e Requalificação de Trabalhadores (Kuenzer, 1997a, p. 53),

financiado com recursos do Fundo de Amparo aos Trabalhadores – FAT cujas receitas tem origem nas contribuições do PIS (Programa de Integração Social), do PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), parte da Contribuição Sindical, imposto compulsório equivalente a um dia dos salários, verbas do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e verbas de impostos cobrados sobre operações financeiras (Borges, 2000, p. 28).

O FAT é administrado por um Conselho Tripartite, composto por governo, empresários e trabalhadores (Borges, 2000, p. 28). O Programa de Qualificação é implementado a partir de convênios com o governo, via Ministério do Trabalho, e consiste em cursos oferecidos por entidades governamentais, instituições de ensino, em nível federal, estadual e municipal, entidades de classe laboral e de empresários, com o objetivo de qualificar os funcionários para que sejam, mais qualificados e mais produtivos.

Muitos sindicatos e/ou suas Centrais Sindicais, apresentam projetos de qualificação e/ou requalificação profissional, que são aprovados nos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais do Trabalho, dependendo do âmbito de representação da entidade. Com seus projetos aprovados, esses sindicatos passam a ter acesso a recursos financeiros, que possibilitam a oferta de cursos de qualificação e/ou requalificação (Borges, 2000).

Mas esse programa de qualificação e/ou requalificação de mão de obra não acontece, como inicialmente poderia se imaginar, para atender somente a demanda por operários mais qualificados. Essa proposta atende e está inserida num projeto maior de conformação e adequação dos países, à atual etapa do modo de produção capitalista, denominada de acumulação flexível, que via Banco Mundial, FMI e BID, impõe reformas que facilitem o avanço das chamadas políticas de mercado.

Entre as reformas impostas para o Brasil, a da educação é uma das mais agressivas, que tem por objetivo desobrigar o Estado da sua responsabilidade pela educação, transferindo às instituições de ensino privadas, na lógica da economia de mercado a oferta da educação. Segundo Borges, de forma enviesada e através de projetos de conformação da educação e da formação profissional às demandas da produção, o governo, via fóruns tripartites, busca e, aparentemente, consegue cooptar os sindicatos como parceiros na execução desses projetos. A participação dos sindicatos obreiros nos Conselhos tripartites dá legitimidade, perante os trabalhadores e sociedade na aprovação e, em alguns casos, também na execução das políticas de qualificação e requalificação profissional (Borges, 2000).

Referenciais dos sindicatos na implementação das políticas de formação e cursos de qualificação profissional

É a partir das novas exigências impostas àqueles que vivem do trabalho, no atual estágio de acumulação capitalista, que o movimento sindical passa a debater o seu papel em relação às políticas de formação profissional.

As políticas de qualificação da mão de obra se inserem no rol daquelas políticas que perderam o caráter universal, ao se tornarem específicas no atendimento de demandas pontuais do capital. O processo de globalização da economia tem provocado a flexibilização e a eliminação de direitos sociais conquistados na longa história de lutas dos trabalhadores. Novas dimensões foram acrescentadas ao conflito trabalho/capital, ao provocar o surgimento de novas categorias de excluídos, pela dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, gerando um grande e crescente contingente de desempregados, tanto nos países desenvolvidos, como nos países em desenvolvimento.

Junto com esse enorme rol de exigência impostas ao trabalhador, a atual fase do processo de acumulação, precariza as condições de trabalho, apresentando

uma nova realidade, que foge da dimensão mais comum da sociedade capitalista, de classificar os trabalhadores em categorias gerais de incluídos ou excluídos, do processo de produção. Na sua fase neoliberal, o capitalismo modifica a forma de inserção destes no processo produtivo. Essa inserção passa a ser definida de forma pontual e individualizada, a partir das demandas e prioridades do grande capital financeiro internacional, que se sobrepôs ao chamado capital produtivo, na definição dos investimentos na sociedade capitalista (Castel, 1998).

A desigualdade é substituída pela exclusão social. A bandeira da luta pelo fim das desigualdades econômicas e sociais, foi substituída pela luta pela inclusão social, já que agora, é preciso primeiro incluir-se, para depois lutar contra as desigualdades a que estão submetidos. As demandas pontuais do capital financeiro alteram a formulação das políticas públicas, e estas passam também a ser definidas para atender demandas específicas, de grupos e/ou segmentos como: para aqueles que precisam ser qualificados e/ou requalificados, qualificados em profissões específicas, negros e mulheres. As políticas públicas deixam de ter um caráter universal e passam a ser definidas para atender clientela específica, incorporando, como é característico das políticas neoliberais, um caráter de exclusão, já que, segundo os liberais, infelizmente alguns irão sobrar, porque não se pode incluir todos.

A implementação desse tipo de política é facilitada pela concordância das entidades organizadas da sociedade em compor os fóruns de gerenciamento dessas políticas, normalmente tripartites (governo, empresários e trabalhadores) através de suas representações de classe, onde começa a construção de consensos, que dão um caráter de legitimidade ao processo de exclusão, amortecendo as reações ao aprofundamento da exclusão.

A partir desse cenário o movimento sindical passa a implementar políticas de qualificação/requalificação de mão de obra.

As principais Centrais Sindicais do Brasil, CUT (Central Única dos Trabalhadores) e FS (Força Sindical) e seus sindicatos filiados, cada um dos segmentos em seu campo ideológico, têm entendimentos diferentes acerca do papel do movimento sindical em relação às políticas de qualificação e requalificação profissional. Concordam que ocorreu e está ocorrendo uma grande mudança nas relações entre trabalho e capital, mas só conseguem visualizar uma das dimensões, na forma do desemprego crescente, sem, entretanto se dar conta da extensão e significado dessas mudanças (FS, 1993).

A Força Sindical e seus sindicatos concordam que o número de empregados está diminuindo e as condições de trabalho estão mais difíceis. Aceitam que isto está sendo motivado pela falta de qualificação e, que é

o momento destes se qualificarem e irem em busca das oportunidades. Concordam que se exija maior qualificação, porque isto aumenta a sua produtividade e os lucros dos patrões e, assim o patrão ganhando mais, vai poder pagar mais aos seus empregados (FS, 1993).

Enquanto para a CUT e seus sindicatos, a situação de desemprego é fruto de uma política econômica equivocada, que aceita a lógica neoliberal, que provoca a recessão e não o crescimento econômico, mas também concordam que a saída é qualificar-se, como forma de mantê-los empregados. Defendem que os cursos de qualificação e requalificação são um espaço privilegiado para politizar o movimento operário, oferecendo a eles noções de cidadania e de seus direitos como cidadão (CUT, 1995a).

Nos dois casos cada um a partir da leitura que fazem da situação, não percebem o problema como sendo de natureza estrutural, intrínseco ao modo de produção capitalista. Ao defenderem a criação dos Centros Públicos de Ensino Profissional, reforçam as políticas de natureza conjuntural. A pressão provocada pelas demandas conjunturais, a necessidade de melhorar o nível de educação e de qualificação dos trabalhadores, fez com que as organizações sindicais, assumissem a responsabilidade por uma tarefa que não é sua, ao oferecerem cursos de ensino de 1º grau e de qualificação profissional, contribuindo para uma

formação fragmentada destes, permitindo que estejam à disposição do capital, cada vez mais qualificados e produtivos (FS, 1998a; Fidalgo, 1999a).

A partir dessa leitura, esses dois setores de maior representação no movimento sindical brasileiro, orientam suas ações, sempre dentro da ordem capitalista, objetivando fazer valer seus pontos de vista, mas que na realidade, não alteram os rumos, as conseqüências e o aprofundamento desse processo de exclusão, causados pelas novas formas de organização da produção (Antunes, 1995).

Conclusão

Desemprego, muitas propostas, nenhuma solução

As propostas e as alternativas de como resolver o problema do desemprego, crescente, são muitas. É possível perceber nessas propostas uma certa confusão, porque algumas defendem que a crise do desemprego significaria o fim do trabalho. Há na verdade a redução do emprego, dos postos de trabalho, como conseqüência do desenvolvimento de novas tecnologias, que aumentam a produtividade do trabalho e máquinas que substituem, o trabalho do homem. Essa substituição do homem pela máquina, é natural, na medida em que o homem pela

sua capacidade criadora vai modificando e desenvolvendo seus instrumentos de trabalho, como forma de facilitar a sua vida. O que não é natural é o que ocorre no modo de produção capitalista, onde o controle e a apropriação privada dessas tecnologias e instrumentos e, os resultados de sua aplicação, servem para excluir os trabalhadores de seus postos de trabalho e condená-los à miséria, excluindo-os de usufruir coletivamente os benefícios, proporcionados pelos avanços científicos e tecnológicos que esses trabalhadores foram capazes de desenvolver.

O trabalho, para Marx, é a ação autônoma e transformadora do homem sobre a natureza com o objetivo de produzir aquilo que é necessário para atender às suas necessidades imediatas, sem o propósito de gerar excedente. Então o trabalho não é finito, sempre haverá a necessidade da ação do homem no sentido de transformar os recursos naturais de que dispõe com o objetivo de atender suas necessidades.

Por mais desenvolvida que possa ser a tecnologia utilizada sempre haverá a necessidade do homem comandar através de seu trabalho o processo de transformação dos bens disponíveis, em produtos que satisfaçam as suas necessidades. É justamente aí que está a confusão. Não se pode confundir a redução drástica dos empregos, em conseqüência do desenvolvimento

científico e tecnológico alcançado pelo homem, como sendo o fim do trabalho. Trabalho é uma coisa e emprego é outra. O emprego é a forma de subordinação do homem pelo homem, na utilização da força de trabalho, como insumo de produção, como mercadoria necessária ao processo de produção capitalista. Assim o desemprego é condição e consequência para que o modo de produção capitalista se reproduza e facilite a acumulação privada dos resultados produzidos pelo próprio homem, na condição de trabalho subordinado. O desemprego é condição na medida em que a sua existência é fator de pressão sobre os trabalhadores que estão empregados, pela ameaça de perderem seu emprego para os que estão na fila do desemprego. É consequência porque a propriedade privada das máquinas, que foram produzidas e criadas pelo homem, substituem o trabalho do homem na produção de excedentes, que permite a acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que exclui o homem dos benefícios da produtividade alcançada por essas máquinas.

A produção capitalista é organizada para produzir excedente, uma quantidade maior do que a necessária para satisfazer as necessidades imediatas do coletivo, com o objetivo de obter lucro. Com o desenvolvimento da tecnologia, as máquinas conseguem produzir uma quantidade muitas vezes maior e com maior

rapidez do que o homem, e, portanto é cada vez menor a necessidade da utilização do trabalho humano para produzir as mercadorias. A produtividade alcançada pelas máquinas e pelas novas tecnologias deveria ser utilizada para a produção de mercadorias necessárias e na quantidade que atendesse as necessidades do coletivo. Mas não é isso o que acontece, como o controle dessas tecnologias se dá de forma privada, estas são utilizadas para produzir mercadorias que se destinam ao mercado com o objetivo de gerar lucros, sem a preocupação de saber se atendem as necessidades do coletivo. Em sendo assim os avanços científicos e as novas tecnologias, sob o capitalismo, acentuarão o processo de desemprego na medida em que, sob controle privado, serão desenvolvidos sempre com o objetivo de gerar lucros e acumulação em detrimento do atendimento das necessidades coletivas. Esse processo de exclusão é condição de sobrevivência no modo de produção capitalista, a despeito de todo desenvolvimento que o homem seja capaz de alcançar, sob esse modo de produção. É possível reduzir mais ainda o número de trabalhadores empregados, como consequência do grau de desenvolvimento de máquinas e novas tecnologias que substituam o homem no processo de produção. Mas o trabalho sempre existirá, se de forma autônoma ou subordinada, dependerá de como o homem se organizará socialmente.

Na realidade, a crise do emprego tem sido causada pelo modo de produção capitalista, que de forma hegemônica tem ditado as condições de acumulação e exclusão que caracterizam a atual fase de desenvolvimento da sociedade capitalista.

O homem não se coloca problemas, para os quais, antes, já não tenha encontrado solução. Quando o homem decidiu que alcançaria a Lua, já conhecia de que forma chegaria lá. A humanidade conhece a forma de resolver os problemas que hora se colocam, como o desemprego, a fome, etc., e estes, não tem sido equacionados, porque o modo como a sociedade está organizada, não permite que isso aconteça. A sociedade capitalista é excludente, porque precisa buscar o lucro e acumular a qualquer custo. Então sob esse modo de organização social não se conseguirá resolver problemas tão simples como o desemprego e a fome.

Com sua capacidade criadora, o ser humano conseguiu até agora um grau de desenvolvimento científico fantástico, capaz de suprir e atender todas as necessidades imediatas de toda a população. O atendimento só não se efetiva, porque a exclusão, a fome e o desemprego, são necessários, para que o capitalista possa ter lucro. A produção mundial e anual de alimentos é suficiente para alimentar, não uma, mas três vezes toda a população que habita o planeta.

Só que a oferta de todos esses alimentos no mercado reduziria a margem de lucros dos capitalistas a zero, ou seja, os preços cairiam vertiginosamente. Então em nome de se garantir o modelo e a lucratividade, milhares de pessoas ao redor do mundo morrem de fome, enquanto produtores e governos, preferem deixar que esses produtos apodreçam em armazéns a colocá-los a disposição das pessoas famintas. Muitas vezes esses produtos nem chegam a serem estocados. No caso de super safras, o preço alcançado no mercado não compensa, em termos capitalistas, nem a colheita e muito menos a estocagem dos produtos. São deixados a apodrecer na terra ou então enterrados e/ou queimados, (ex. no Brasil: cebola, tomate, laranjas, café, ovos, etc.). Então sob esse modo de produção e de organização da sociedade não será possível a solução de problemas simples, entre outros, como o da fome, quando muito haverá soluções paliativas, remediando o problema e controlando a situação, no limite do que se convencionou chamar de ruptura social; traduzindo, um levante popular contra essa situação de miséria, exclusão e fome.

As propostas de solução para o problema do desemprego são muitas: redução da jornada de trabalho, trabalho comunitário, cooperativas de trabalho, etc. Em alguns países a jornada de trabalho tem sido reduzida sem no entanto resolver o problema do

desemprego. Na Alemanha e na França os trabalhadores já conquistaram a jornada semanal de trabalho de 30 horas, no entanto isto não tem sido suficiente para garantir empregos para todos. O desenvolvimento científico e o avanço tecnológico com a conseqüente incorporação de novas tecnologias aos processos de produção, têm possibilitado aumentos cada vez maiores da produtividade do trabalho, e por conseqüência o desemprego, porque onde trabalhavam três pessoas, agora trabalha uma. Os índices de desemprego continuam com curva ascendente em todos os países; nos desenvolvidos, em desenvolvimento e nos subdesenvolvidos. Nos países desenvolvidos os efeitos dessa situação para os trabalhadores e suas famílias é minimizado por um leque de proteções e garantias sociais, conquistados a partir da implementação do estado do bem estar social, de orientação social democrata. Entre outros benefícios, o Estado garante assistência médica hospitalar, educação pública e gratuita e um salário desemprego, com valor suficiente para custear condições básicas de sobrevivência, dentro do que se convencionou chamar do mínimo necessário, como casa, alimentação e agasalho. Mas esse leque de proteções sociais está ameaçado, no atual estágio de desenvolvimento capitalista, pela necessidade de uma redução drástica dos gastos dos governos, como forma de possibilitar a redução de impostos e com isto

de desonerar a produção, o que permitirá ao capital garantir suas margens de lucro, já que a concorrência intercapitalista se acentua permanentemente.

Os países desenvolvidos que são apresentados como modelos, criam uma grande ilusão nas populações dos países em desenvolvimento e/ou dependentes, na medida em que se diz que nesses países a vida é melhor e mais fácil. O que ocorre é que mesmo com o desemprego crescente, nesses países as proteções sociais por enquanto minimizam o sofrimento dos trabalhadores que perderam seus empregos.

A ilusão fica evidente quando na França, por exemplo, só em duas regiões do país, sendo uma delas a região de Paris, a renda que tem origem na remuneração dos fatores de produção, é maior do que a renda disponível. Nas outras regiões do país a renda coletiva só é positiva por conta de subsídios do governo, isto é, só se tem acesso, enquanto coletividade as condições mínimas de bem estar porque o governo subsidia. Não se pode negar que a França e a Alemanha são países capitalistas. Cabe perguntar então, de onde vêm os recursos que permitem subsidiar a renda coletiva? Na maioria dos países desenvolvidos os recursos para financiar essas proteções sociais têm origem na tributação da renda. No atual estágio de desenvolvimento das economias desenvolvidas, grande parte da renda nacional é recebida do exterior. Talvez

isto explique a origem dos recursos que financiam as proteções sociais que são oferecidas nesses países.

O modo de produção capitalista tem a necessidade permanente de geração de lucros, como forma de remunerar o capital investido. Quando os lucros caem abaixo da taxa necessária para remunerar o capital, há uma migração desses capitais para locais onde as taxas de lucros sejam atrativas. Esses locais são países em desenvolvimento, ou subdesenvolvidos, com mão de obra barata, leis trabalhista menos rígidas, pouca ou nenhuma regulamentação sobre as relações de trabalho, legislação ambiental precária, subsídios governamentais, etc. Um metalúrgico na França ganha, em termos reais, o dobro do salário do metalúrgico brasileiro, acontecendo a mesma coisa com os trabalhadores do ramo químico da Alemanha em relação aos brasileiros.

A possibilidade de obtenção de taxas maiores de lucros em países como o Brasil, pelos motivos citados acima, faz com que as empresas instalem nesses locais processos de produção intensivos em capital, gerando poucos empregos e grandes lucros que não são reinvestidos nos países, são remetidos aos países de origem das empresas transnacionais. É essa remessa de lucros que tem permitido que países como a França, possam continuar garantindo aos seus cidadãos as proteções sociais que oferece. A ilusão está

justamente aí, os países desenvolvidos, de forma imperialista e monopolista, controlam as fontes de financiamentos, o desenvolvimento científico e tecnológico, e submetem os que dependem, desenvolvidos e/ou subdesenvolvidos, impondo-lhes exigências, adequação e reformas que facilitem e garantam as empresas transnacionais altas taxas de lucros que iram financiar o bem estar de suas populações, em detrimento dos outros povos. As exigências de reformas, como a trabalhista, fiscal, previdenciária e educacional, impostas pelos organismos internacionais (FMI, BID), como contrapartida a empréstimos, são para facilitar os lucros das empresas transnacionais.

A ilusão dos trabalhadores

O discurso ideológico de que o problema do desemprego é causado baixa escolaridade e pela falta de qualificação esconde a lógica da acumulação acima descrita. Não fosse isso verdadeiro, como se explica a crescente taxa desemprego geral na maioria dos paises? Países como a Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha, Japão já universalizaram a educação até o equivalente ao segundo grau na Brasil e, nos Estados Unidos e Japão 60% da população tem acesso ao nível superior. Esses dados confirmam que o desemprego não tem relação com nível de escolaridade e muito menos com qualificação profissional. A verdade

é que o desenvolvimento tecnológico e científico tem aumentado a produtividade do trabalho possibilitando a geração de lucros mesmo com a redução do número de trabalhadores empregados.

Ao transferir para o trabalhador a responsabilidade pelo seu desemprego, atribui-se a ele a culpa pelo fracasso.

A verdade é que não há empregos para todos e essa situação vai se agravar mais ainda, porque o avanço científico disponibilizará novas tecnologias que serão incorporadas ao processo de produção permitindo um aumento continuado da força produtiva daqueles trabalhadores que continuarem empregados. Ou seja, sob o modo de produção capitalista, se os trabalhadores cada uma em um determinado ramo de conhecimento tornarem-se doutores, ainda assim um grande número ficará sem emprego. Porque do modo como a sociedade está organizada, não é o grau de educação e muito menos o nível de qualificação profissional que determinará quem estará ou não empregado, pelo simples fato de que não é possível empregar todos, pelos motivos anteriormente expostos.

Os resultados alcançados pelos cursos de qualificação implementados confirmam que o problema não é de educação nem de qualificação. Pesquisa feita pela Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo, divulgados pelo Jornal Folha de São Paulo, no dia 20/02/200, caderno 5 pg. 14, indicam

que dos trabalhadores que fizeram os cursos em 1998, 6 meses após o término do curso, apenas 18% dos entrevistados conseguiram um emprego.

Por não perceberem a impossibilidade de solução do problema do desemprego os sindicatos implementam os cursos de qualificação/requalificação.

Iludidos, também, os dirigentes não percebem que a participação em fóruns tripartites é contraditória e adesista com o risco de se tornarem a única estratégia de ação. O consenso só interessa aos capitalistas que assim arrefecem as pressões e reivindicações por melhores salários e condições de trabalho. Correm assim, os sindicatos, o risco de se tornarem “funcionários do Estado” porque criam uma grande dependência dos recursos desses fundos públicos para financiarem, inclusive, o funcionamento da estrutura do próprio sindicato.

A pesquisa que deu origem a este artigo mostrou que não há nenhum, tipo de acompanhamento, por parte dos sindicatos da efetividade dos cursos para a vida dos trabalhadores. Os responsáveis pelas políticas de qualificação, entrevistados, relatam que estão fazendo este ou aquele tipo de acompanhamento, mas não tem nenhum instrumento capaz de responder quais os resultados efetivos desses cursos para os egressos.

É desejável que algum tipo de controle e acompanhamento seja feito para que se possa quantificar e mensurar que resultados esses cursos têm alcançado.

Os cursos são financiados com recursos públicos, então é esperado que algum tipo de auditoria e fiscalização seja feita. Caso contrário corre-se o risco de os recursos públicos serem mal utilizados ou de estarem sendo utilizados de forma inadequada, já que não se conhece efetivamente os resultados de sua utilização para o fim que está sendo destinado.

A não comprovação da efetividade dos cursos para a vida dos trabalhadores e a não percepção por parte dos sindicatos dessa dinâmica, da atual

fase do modo de produção capitalista, mantém a ilusão de que a qualificação/requalificação dos trabalhadores dará conta de garantir emprego a todos e de incluí-los no consumo e repartição da riqueza produzida.

Se precisassem verdadeiramente de mais trabalhadores qualificados, os capitalistas assumiriam essa tarefa, como historicamente fizeram e, não a deixariam sob a responsabilidade dos sindicatos de trabalhadores, seus inimigos de classe.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, R. (1995). *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez.
- BANCO Mundial. (1992). *Educacion técnica y Formacion profesional*. Washington.
- BORGES, A. (2000). FAT: formação ou atrelamento ao estado? *Debate Sindical*. São Paulo: ano 13, n. 32, dez/99/jan/fev.
- CASTEL, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- CUT. (1995a). *Contribuição para a formulação de políticas da CUT no campo da formação profissional*. São Paulo, mimeo.
- DIEESE. (1999). *Tecnologia emprego e educação*. São Paulo.
- FIDALGO, F. (1999a). *A formação profissional negociada: França e Brasil, anos 90*. PUC - São Paulo. Tese de doutorado.
- _____. (1999b) Palestra proferida no Seminário *Tripartismo no Brasil: alcances e limites*. Curitiba - PR. UFPR Dez.
- FS – FORÇA SINDICAL. (1993). *Um projeto para o Brasil: a proposta da Força Sindical*. 2. ed. São Paulo, SP: Geração Editorial.
- _____. (1998a). *Perspectivas e alternativas para uma nova ação sindical em uma nova ordem política, econômica e social*. São Paulo, SP, out..
- HARVEY, D. (1992). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- KUENZER, A. Z. (1984). *Pedagogia na fábrica: as relações de produção e educação do trabalhador*. 3. ed. São Paulo: Cortez.
- _____. (1997a). *Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal*. São Paulo: Cortez
- _____. (1997b). O ensino médio no contexto das políticas públicas de educação no Brasil. In: *Revista Universidade e Sociedade / Andes*, São Paulo, n. 12, fev.
- _____. (1999). Educação Profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. in: *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 25, mio/ago.

MARX, K. (1984). *O Capital: crítica da economia política*. Trad. Régio Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Vitor Civita, t.I, v.3.

POCHMANN, M. (1998). “Os desafios do sindicalismo brasileiro neste final de século”. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, PR n. 10/11, GEES - Deptº. de Ciências Sociais, UFPR.

Bibliografia complementar

ANDERSON, P. (1995). O balanço do Neoliberalismo. *In: SADE, E.; GENTILI, P. (orgs.). O Pós Neoliberalismo e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BUISSON, F. (1929). *Reformateurs Sociaux. Collection de Textes*. Tradução de Maria Auxiliadora Cavazotti. Paris: Librairie Félix Alcan, Capítulo III, Condorcet Membre de L' Assemblée Legeislative (1er octobre 1791 - 21 Septembre 1792). Rapport VII, p. 441, VII p. 520-574.

CUT. (1992). *Contribuição para a definição de uma política de formação profissional da CUT*. São Paulo: SP, dez. mimeo.

_____. (1993a). *Contribuição para a definição de uma política de formação profissional*. São Paulo: SP, set., mimeo.

_____. (1993b). *Diretrizes para uma política de formação profissional da CUT*. São Paulo: SP, maio.

_____. (1994). “Formação profissional”. *Resoluções 5º CONCURT*. São Paulo: SP.

_____. (1996a). *Transformações do mundo do trabalho e perspectivas de emprego: formação básica multiplicadora*. Florianópolis: SC, Escola Sul.

_____. (1995b). *Rumo à construção de um projeto educacional para o país*. abr., mimeo.

_____. (1995c). *7ª plenária nacional*. Resoluções sobre formação profissional. São Paulo, SP, set.

_____. (1996b). Proposta - síntese para a constituição de Centros Públicos de Educação para Cidadãos Trabalhadores. *In: A formação e os desafios da CUT*. São Paulo, SP, mimeo.

- _____. (1996c). Relatório do Seminário Nacional sobre Formação Profissional. In: *A formação e os desafios da CUT*. São Paulo: SP, mimeo.
- _____. (1996d). *A formação e os desafios da CUT: formação profissional*. São Paulo: SP.
- _____. (1997a). CGT.FS. Documento base para discussão no Seminário Nacional sobre Formação Profissional: “Questões Críticas da Educação Brasileira”. São Paulo, SP, maio.
- _____. (1997b). CNM - Revista dos Metalúrgicos. São Paulo, SP, dez.
- _____. (1997 c). *6ª CONCURT - Resoluções*. São Paulo, SP.
- _____. (1998a). *Manual de apoio para os cutistas: participantes dos Cursos de Longa Duração sobre Reestruturação Produtiva dentro do Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores - PCDA*. 1º sem. São Paulo: SP.
- _____. (1998b). *Plano nacional de formação*. São Paulo: SP.
- _____. (1998c). *Ação sindical frente a reestruturação produtiva e a reforma do estado*. São Paulo: SP.
- _____. (1998d). *Ação sindical frente as mudanças tecnológicas e organizacionais*. São Paulo: SP.
- _____. (1998e). *Programa integrar: formação e qualificação para o trabalho*. São Paulo: SP, jun.
- _____. (1998f). *Formação integral: educação e sindicalismo - caderno de apoio às atividades de formação do Programa Nacional de Formação de Formadores e Capacitação de Conselheiros – Caderno 2*, São Paulo: SP.
- _____. (1998). *Formação integral: manual dos conselheiros das comissões estaduais e municipais de trabalho e emprego*. Convênio 011/97-Mtb/Sefor/Codefat - CUT. São Paulo, SP, 2º sem.
- _____. (1999a). *Curso de Formação de Dirigentes de Base - Projeto Alicerce*. Florianópolis, SC: Escola Sul.
- _____. (1999b). *Diretrizes e estratégias da política nacional de formação 1999/2000*. São Paulo: SP, maio.
- _____. (1999c). *9ª Plenária nacional da CUT: texto base*. São Paulo, SP, ago.
- _____. (1999d). *1ª Conferência da Política Nacional de Formação: propostas*. B. Horizonte, MG, nov.

FERRETTI, J.C. (1999). Palestra proferida no Seminário *Crise no mundo do trabalho e a educação profissional*: com ênfase no Planfor. Curitiba - PR. UFPR - Setor de Educação, Dez.

FS – FORÇA SINDICAL. (1992). *Recursos humanos e formação profissional*. São Paulo, SP, mar.

_____. (1996). *Secretaria Nacional de Formação*. São Paulo, SP, mimeo.

_____. (1997). *Os novos mercados de trabalho: a educação e a requalificação profissional*. 3 ° Congresso Nacional da Força Sindical. São Paulo, SP, mimeo.

_____. (1998b). *Boletim Força Jovem*. São Paulo: SP, nov.

_____. (1998c). *A formação profissional na política de emprego*: coletânea de convenções e resoluções da OIT. São Paulo, SP.

FRIGOTTO, G. (1995). *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez.

HUGON, P. (1995). *História das Doutrinas Econômicas*. São Paulo: Editora Atlas.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. (1986). *Pesquisa em educação*: abordagens qualitativas. São Paulo, SP.

MANACORDA, M. A. (1991). *Marx e a Pedagogia Moderna*, Trad. de Newton Ramos de Oliveira. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados.

MARX, K.; ENGELS, F. (1962). *La Sagrada Família*. México: Editora Grijalbo.

_____. (1973). *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa.

_____. (1991). Crítica do programa de Gotha, in: MANACORDA, Mário Alighiero. *Marx e a Pedagogia Moderna*. Trad. de Newton Ramos de Oliveira. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados.

_____. (1982a). *A Ideologia Alemã*. 3 ed. São Paulo: s/ed.

_____. (1982b). *Salário, preço e lucro*. São Paulo: Victor Civita.

_____. (1983a). *O Capital*. São Paulo: Victor Civita, v I.

_____. (1983b). *O capital: crítica da economia política*. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Victor Civita, t. I, v. 1.

NETO, S. L. (1998). *As experiências atuais de educação e formação profissional da CUT*. São Paulo, SP. mimeo.

NOSELLA, P. (1992). *A escola de Gramsci*. Porto Alegre, RS: Editora Artes Médicas Sul.

RICARDO, D. (1982). *Princípios de economia política e tributação*. Trad. Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Victor Civita.

SMITH, A. (1983). *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Victor Civita, v. I.

SUCHODOLSKI, B. (1976). *Teoria Marxista na Educação*. São Paulo, SP: Martins Fontes.